BUSCA ATIVA ESCOLAR

Entenda a Metodologia Social e a Ferramenta Tecnológica

FORA DA ESCOLA NÃO PODE!

Cada criança e adolescente tem o direito de aprender

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Entenda a Metodologia Social e a Ferramenta Tecnológica

INICIATIVA

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Instituto TIM
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)
Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas)

PRODUÇÃO EDITORIAL DA PUBLICAÇÃO

Cross Content Comunicação
Coordenação: Andréia Peres e Marcelo Bauer
Edição: Carmen Nascimento
Arte: Ana Mastrochirilo, Benedito Minotti,
Douglas Duarte, Kelven Frank e José Dionísio Filho
Foto da capa: Ratão Diniz/UNICEF
Ilustrações: Douglas Duarte
Revisão e checagem: Luciane Helena Gomide

REVISÃO TÉCNICA

Carlos Eduardo Sanches, Cléa Ferreira, Elisa Meireles, Ítalo Dutra, Júlia Ribeiro,
Maíra Moraes, Sabrina Bacelar, Vilmar Klemann e Vivian Melcop

AGRADECIMENTOS

– Aos profissionais das secretarias de Educação, Saúde, Administração, Desenvolvimento Social e Cidadania e Orçamento e Planejamento Participativo do município de São Bernardo do Campo (SP), que auxiliaram os realizadores no processo de validação dos fluxos, metodologia social e implementação tecnológica, durante a primeira testagem.

– Aos profissionais dos municípios de Anápolis (GO), Bujari (AC), Campina Grande (PB), Itaúna (MG), Serrinha (BA), Tabuleiro do Norte (CE) e Vilhena (RO), que participaram da segunda testagem da metodologia social e ferramenta tecnológica, realizada em 2016.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Busca ativa escolar / [coordenação Andréia Peres , Marcelo Bauer]. -- Brasília, DF : UNICEF : Instituto TIM : Congemas : Undime, 2017. -- (Fora da Escola Não Pode!)

Vários colaboradores.
Conteúdo: Entenda a metodologia social e a ferramenta tecnológica -- A implementação no município -- Manual dos administradores -- Manual técnico verificador -- Manual do agente comunitário.
Obra em 5 v.

1. Ambiente escolar 2. Educação 3. Exclusão escolar 4. Exclusão social 5. Pesquisa - Metodologia 6. Sociologia educacional 7. Tecnologia educacional I. Peres, Andréia. II. Bauer, Marcelo. III. Série.

17-04547 CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Busca ativa escolar : Sociologia educacional 306.43

ISBN: 978-85-87685-43-8

– Alertamos que na presente publicação optou-se por utilizar apenas artigos referentes ao gênero masculino com o intuito de não sobrecarregar graficamente o texto. Isso, no entanto, não representa que as organizações e pessoas envolvidas no projeto tenham comportamento discriminatório e sexista. As nuances de um determinado idioma, com todas as suas peculiaridades e regras linguísticas, jamais deverão ser utilizadas para reforçar atitudes preconceituosas.
– Todas as fotos deste manual são de iniciativas de sucesso no enfrentamento à exclusão escolar nos municípios. Mais informações sobre essas iniciativas estão em www.foradaescolanaopode.org.br.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Entenda a Metodologia Social e a Ferramenta Tecnológica

BRASÍLIA, 2017

SUMÁRIO

Apresentação 6

Introdução 8

Foto: Ratão Diniz/UNICEF

CAPÍTULO 1

Contexto: o cenário da exclusão 13

- ✓ A iniciativa Fora da Escola Não Pode! 16
- ✓ Educação de qualidade para todos: objetivo mundial 18
- ✓ Um auxílio para cumprir a lei 19

Foto: Ratão Diniz/UNICEF

CAPÍTULO 2

Conceito: o que é busca ativa **23**
- ✓ Como começou no Brasil 24
- ✓ Ações de busca ativa 25
- ✓ Busca ativa na educação 26
- ✓ Busca ativa na prática 27
  - Rio Grande do Norte 27
  - Salgueiro (PE) 29
  - Rio de Janeiro (RJ) 30
  - Serrinha (BA) 32
  - Campina Grande (PB) 33

CAPÍTULO 3

Busca Ativa Escolar: o que é **39**
- ✓ Objetivos gerais 40
- ✓ Fases 41
- ✓ Quem faz o quê 41
- ✓ Objetivos da ferramenta tecnológica 42
- ✓ A importância do trabalho conjunto 43
- ✓ Adaptação à realidade local 44

Foto: Ratão Diniz/UNICEF

APRESENTAÇÃO

Existem hoje 2.802.259 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola no Brasil[1]. Garantir que cada criança e adolescente esteja na escola – e aprendendo – é, hoje, um dos principais desafios do País. Também é parte da Agenda 2030, um conjunto de programas, ações e diretrizes das Nações Unidas que devem ser implementados por todos os países nos próximos 13 anos para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Fazer com que cada criança esteja na escola é um dever social de cada cidadão e deve ser também um esforço coletivo. É preciso mais do que recursos financeiros, planos e metas. Sua participação é indispensável, seja você dirigente municipal, funcionário público, trabalhador autônomo, voluntário em uma organização social ou mesmo pai ou mãe de aluno. O engajamento de todos – e de cada um de nós – é fundamental.

Pensando nisso, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM desenvolveram a Busca Ativa Escolar. Trata-se de uma metodologia social e ferramenta tecnológica gratuitas, que permitem ao poder público identificar crianças e adolescentes fora da escola e acionar diferentes áreas para que eles sejam (re)matriculados e frequentem as aulas, contribuindo,

1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

assim, para atender ao que determina o Plano Nacional de Educação (metas 1, 2 e 3, estratégias 1.15, 2.5 e 3.9).

A Busca Ativa Escolar cria condições práticas para que cada comunidade se engaje pelo enfrentamento da exclusão escolar

Batendo de porta em porta, vamos conseguir mapear os motivos da exclusão/evasão escolar. Será possível, então, realizar políticas coordenadas de forma intersetorial para evitar que os casos se repitam.

A Busca Ativa Escolar entra com a metodologia e com as ferramentas tecnológicas. Vocês entram com o conhecimento local, o entusiasmo, a mobilização entre diferentes secretarias e áreas e, também, com a certeza da importância de trabalhar para garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente.

É da força criativa e da união de cada agente, em cada município, que sairá a resposta para que esse grave problema brasileiro seja resolvido. Temos certeza de que todos se engajarão nesta importante (e fascinante) missão. Fora da Escola Não Pode! Cada criança e adolescente tem o direito de aprender.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Instituto TIM

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas)

INTRODUÇÃO

A iniciativa Fora da Escola Não Pode!, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que contou com o apoio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação na sua implementação inicial, foi criada para colaborar no desafio de garantir que cada criança e adolescente esteja na escola – e aprendendo.

Composta por diversas frentes de atuação, implementadas em momentos distintos, a iniciativa busca conscientizar diferentes atores e a sociedade sobre o problema da evasão/exclusão escolar e propor medidas práticas para sua solução. A Busca Ativa Escolar é um de seus frutos.

O UNICEF, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM, nesta nova fase da iniciativa, apresentam aos municípios uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica que visam auxiliar no mapeamento de crianças e adolescentes que se encontram fora da escola. A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.

Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados terão dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que favoreçam a inclusão escolar, efetivando a matrícula e assegurando a permanência de crianças e adolescentes na escola.

Um roteiro completo para o sucesso do projeto

Para auxiliar na implementação da Busca Ativa Escolar no município, o UNICEF, a Undime, o Congemas e o Instituto TIM oferecem diversos materiais de apoio. São eles:

Materiais orientadores

Entenda a Metodologia Social e a Ferramenta Tecnológica *(esta publicação)*

Contextualiza a questão do direito à educação e seus desafios. Explica a iniciativa Fora da Escola Não Pode! e a estratégia de Busca Ativa Escolar e quais devem ser os atores envolvidos em sua implementação no município.

Públicos a que se destina esta publicação:

- ✓ Prefeito
- ✓ Gestor político
- ✓ Coordenador operacional
- ✓ Supervisores institucionais

A implementação no Município

Orienta a configuração do arranjo local que vai garantir o funcionamento da estratégia no município.

Públicos a que se destina esta publicação:

- ✓ Gestor político
- ✓ Coordenador operacional
- ✓ Supervisores institucionais

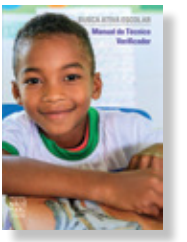
Manual dos Administradores

Explica o funcionamento da ferramenta tecnológica de busca ativa e detalha o fluxo de trabalho, ressaltando as possibilidades de customização para se adequar à realidade local.

Públicos a que se destina esta publicação:

- ✓ Gestor político
- ✓ Coordenador operacional
- ✓ Supervisores institucionais

Manual do Técnico Verificador



Explica os objetivos da Busca Ativa Escolar e o funcionamento da ferramenta, com ênfase nas atividades de campo.

Público a que se destina esta publicação:

- ✓ Técnicos verificadores

Manual do Agente Comunitário

Explica os objetivos da Busca Ativa Escolar e como deve ser feita a produção de alertas nas visitas de campo, por meio de aplicativo (iOS e Android), SMS gratuito e formulário impresso[2] (nesse caso, será necessário inserir, posteriormente, os dados do alerta em www.alerta.buscaativaescolar.org.br).

Público a que se destina esta publicação:

- ✓ Agentes comunitários

Guias para organização de encontros e oficinas formativas

Orientam a organização de encontros e oficinas formativas para diversos públicos participantes da Busca Ativa Escolar no município.

---

2 O formulário estará disponível no site www.buscaativaescolar.org.br.

VÍDEOS

Vídeo de apresentação da iniciativa Fora da Escola Não Pode! e da Busca Ativa Escolar

Destaca a importância da busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola e apresenta a ferramenta tecnológica.

Vídeo sobre a Busca Ativa Escolar para os agentes comunitários

Em complemento ao Guia, explica os objetivos da estratégia e como deve ser feita a coleta de dados iniciais nas visitas de campo.

Vídeo de estudo de caso: São Bernardo do Campo (SP)

Conta como foi a implementação da Busca Ativa Escolar na experiência piloto promovida na cidade.

NA INTERNET

Visite www.foradaescolanaopode.org.br para:

- Conhecer a iniciativa Fora da Escola Não Pode! e acessar dados estatísticos do seu município.

Acesse www.buscaativaescolar.org.br para:

- Conhecer a Busca Ativa Escolar;
- Obter informações sobre como participar e procedimentos para fazer a adesão;
- Baixar os materiais orientadores;
- Acessar a plataforma.

Foto: Ratão Diniz/UNICEF

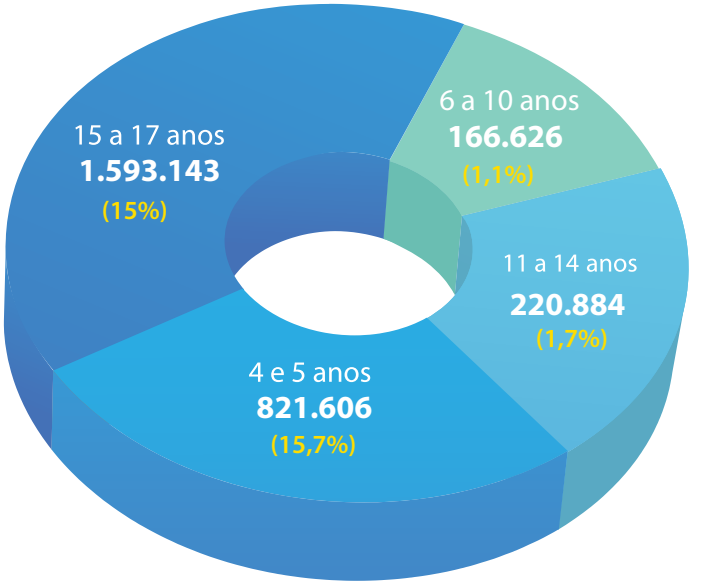
CONTEXTO: O CENÁRIO DA EXCLUSÃO

Um contingente de 2.802.259 crianças e adolescentes de 4 a 17 anos está fora da escola, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[3]. Os grupos mais excluídos são o das crianças de 4 e 5 anos, que deveriam estar matriculadas na educação infantil, e o dos adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam frequentar o ensino médio *(ver o gráfico na próxima página)*.

3 Os dados por município, disponibilizados no webdocumentário *Fora da Escola Não Pode!*, do UNICEF e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foram obtidos a partir do Censo Demográfico 2010, do IBGE. Elaborado a cada dez anos, o Censo é produzido com base em cerca de 20 milhões de questionários. Já a Pnad é anual e se baseia numa amostra de cerca de 400 mil questionários.

De acordo com a legislação (*ver mais detalhes na página 19*), municípios e estados devem promover a universalização do acesso das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos[4] à educação básica.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORA DA ESCOLA



Total (4 a 17 anos)
2.802.259

Porcentagem de crianças e adolescentes nessa faixa etária que estão fora da escola

Fonte: Pnad 2015/IBGE

4 Aprovada em 2009, a Emenda Constitucional nº 59 ampliou a educação básica obrigatória para todas as crianças e todos os adolescentes de 4 a 17 anos e estabeleceu o ano de 2016 como prazo final para a universalização da oferta.

Segundo estudos elaborados pelo UNICEF e parceiros (*ver mais detalhes na página 17*), em todas as faixas etárias, os fatores que dificultam o acesso e a permanência na escola são, principalmente, a discriminação racial, a pobreza, a violência e a baixa escolarização dos pais. Isso mostra que, infelizmente, as desigualdades existentes no Brasil têm reflexos também no sistema público de educação.

Municípios e estados devem garantir que todas as crianças e todos os adolescentes de 4 a 17 anos estejam na escola, aprendendo. Faça a sua parte!

Os mais afetados pela exclusão escolar[5], em termos quantitativos, são crianças e adolescentes:

- Negros;
- Que vivem no campo;
- De famílias de baixa renda;
- Cujos pais ou responsáveis têm pouca ou nenhuma escolaridade.

Também são vítimas frequentes da exclusão escolar meninas e meninos:

- Com deficiência;
- Quilombolas e indígenas;
- Em situação de trabalho infantil;
- Que sofrem algum tipo de exploração;
- Em conflito com a lei.

5 O perfil das crianças e dos adolescentes que estão fora da escola ou correm o risco de abandoná-la foi traçado com base na análise dos microdados do Censo Demográfico 2010, do IBGE.

CAPÍTULO 1

A iniciativa Fora da Escola Não Pode!

No mundo todo, milhões de crianças e adolescentes em idade escolar ainda não frequentam a escola. Com isso, têm prejudicadas suas possibilidades de desenvolvimento pessoal, social e econômico no futuro. Em razão desse cenário, o UNICEF e o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) deram início em 2010 à iniciativa global Out of School Children (OOSC) – Pelas Crianças Fora da Escola, com o objetivo de identificar a situação de exclusão e os riscos de abandono escolar em 25 países.

No Brasil, a iniciativa é desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e com o apoio da Undime e de outras organizações da sociedade civil. Esse trabalho deu origem ao Fora da Escola Não Pode!, cujo objetivo é mobilizar os diferentes níveis de governo e toda a sociedade para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica na idade certa a todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros.

Até o momento, foram realizadas três etapas da iniciativa Fora da Escola Não Pode!:

PRIMEIRA ETAPA

Levantamento de dados estatísticos sobre as crianças e os adolescentes fora da escola ou em risco de exclusão. Essa fase deu origem a diversos relatórios que analisam a dimensão da exclusão escolar no Brasil, abordam os desafios e as ações mais efetivas para o combate a esse problema e apresentam iniciativas e boas práticas de ampliação do acesso e da permanência na escola implantadas em diversas partes do País.

PRIMEIRA ETAPA

Todas as Crianças na Escola em 2015 – Acesso, Permanência, Aprendizagem e Conclusão da Educação Básica na Idade Certa – Direito de Todas e de Cada Uma das Crianças e dos Adolescentes. Brasília: UNICEF, 2012. *www.unicef.org/brazil/pt/resources_24118.htm*

Fora da Escola Não Pode! O Desafio da Exclusão Escolar Brasília: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2013. *www.unicef.org/brazil/pt/resources_25521.htm*

O Enfrentamento da Exclusão Escolar no Brasil Brasília: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014. *www.unicef.org/brazil/pt/resources_27904.htm*

10 Desafios do Ensino Médio no Brasil – Para Garantir o Direito de Aprender de Adolescentes de 15 a 17 anos Brasília: UNICEF, 2014. *www.unicef.org/brazil/pt/resources_29108.htm*

SEGUNDA ETAPA

Criação de um webdocumentário no qual é possível consultar dados sobre crianças e adolescentes fora da escola de todos os 5.565 municípios, com base no Censo Demográfico de 2010 do IBGE, e mobilizar suas redes sociais. Vídeos sobre iniciativas bem-sucedidas de enfrentamento à exclusão escolar ajudam a inspirar pessoas e organizações a se engajarem no enfrentamento da exclusão escolar. E uma série de materiais da campanha podem ser baixados e impressos localmente, permitindo levar o engajamento a todos os cantos do Brasil.

Fora da Escola Não Pode!

Webdocumentário disponível em: *www.foradaescolanaopode.org.br*

TERCEIRA ETAPA

Implementação da Busca Ativa Escolar, por meio de metodologia social e ferramenta tecnológica desenvolvidas especialmente para apoiar os municípios nessa tarefa.

Na fase de produção de alertas, a ferramenta tecnológica pode ser acessada por SMS gratuito (qualquer tipo de celular), por smartphones, ou *tablets*, inclusive quando esses dispositivos estiverem sem conexão com a internet (nesses casos, os dados são armazenados e transmitidos quando uma rede de internet for alcançada).

Também oferece a possibilidade de produção de alertas por meio de formulário impresso para inserção posterior no sistema. Na fase de gestão dos alertas pelas administrações municipais, os procedimentos necessários para a solução dos casos serão feitos por meio de computadores conectados à internet.

A Busca Ativa Escolar é uma aliada dos governos e da sociedade na identificação, no controle e no acompanhamento das crianças e dos adolescentes que se encontram fora da escola (ou em risco de evasão). A metodologia e a ferramenta, disponibilizadas gratuitamente para todos os municípios brasileiros, também estimulam a articulação intersetorial entre os diversos atores municipais que lidam com as questões relativas à exclusão/evasão escolar, possibilitando o encaminhamento dos casos identificados aos órgãos competentes para tomada de providências.

Educação de qualidade para todos: objetivo mundial

A iniciativa Fora da Escola Não Pode! está totalmente alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),

lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015, que reafirmam a importância da educação para o progresso das nações. Entre os 17 objetivos e 169 metas propostos estão a garantia de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e a redução das desigualdades entre os países e dentro deles.

Os ODS são o principal documento da Agenda 2030, conjunto de programas, ações e diretrizes que devem ser implementados pela ONU e por todos os países do mundo nos próximos 13 anos para alcançar o desenvolvimento sustentável. De acordo com o relatório *O Caminho para a Dignidade até 2030: Acabando com a Pobreza, Transformando Todas as Vidas e Protegendo o Planeta*[6], o sucesso da nova agenda vai depender do poder de inspirar e mobilizar agentes essenciais, novos parceiros, governantes e cidadãos de todo o mundo.

Um auxílio para cumprir a lei

No Brasil, um conjunto de leis assegura o direito à educação a todos os brasileiros e todas as brasileiras. A Busca Ativa Escolar é uma estratégia que visa estimular os municípios a colocar em prática esses compromissos da sociedade. Veja os principais textos legais que tratam do assunto:

Constituição Federal (1988) – Assegura, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e, no artigo 208, que é dever do Estado garantir a educação básica obrigatória e gratuita, inclusive para todos os que a ela não tiveram acesso na idade apropriada.

6 *The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming all Lives and Protecting the Planet.* Organização das Nações Unidas, 2014. Disponível em: www.un.org/disabilities/documents/reports/SG_Synthesis_Report_Road_to_Dignity_by_2030.pdf

Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) – Estabelece, em seu artigo 53, que todas as crianças e adolescentes têm direito à educação, com garantia de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (1996) – Define os princípios e os fins da educação nacional; trata do dever do Estado brasileiro em relação à educação escolar pública; estabelece a organização da educação nacional, bem como a incumbência de cada ente federado diante dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino.

Mais recentemente, uma série de mudanças na legislação trouxe avanços importantes para ampliar o acesso à escola para crianças e adolescentes e melhorar a qualidade da educação pública. Conheça as principais alterações:

Lei nº 11.274/2006 – Determinou a ampliação do ensino fundamental para nove anos, tornando obrigatório o ingresso das crianças nesta etapa da educação aos 6 anos de idade.

Emenda Constitucional nº 59/2009 – Ampliou a educação básica obrigatória (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) para todas as crianças e todos os adolescentes com idade entre 4 e 17 anos e estabeleceu o ano de 2016 como prazo final para a universalização da oferta.

Lei nº 12.796/2013 – Alterou a LDB e determinou que o poder público deve recensear anualmente as crianças e os adolescentes em idade escolar, bem como jovens e adultos que não concluíram a educação básica. A Busca

Ativa Escolar pode ser um aliado importante para cumprir essa missão.

Lei nº 13.005/2014 – Aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência decenal (2014/2024), que estabelece metas e estratégias para a educação nacional, em especial para a universalização da educação básica com qualidade. Em diferentes metas, possui estratégias de promoção de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e de proteção à infância, adolescência e juventude.

FIQUE ATENTO

1) O prazo determinado por lei para que as matrículas em entidades conveniadas sejam computadas no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que se extinguiria em dezembro de 2016, foi prorrogado pela Lei nº 13.348/2016. Segundo a nova lei, o cômputo das matrículas será admitido até a universalização da pré-escola, prevista no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de junho de 2014).

2) Verifique se o tema da busca ativa foi incluído no Plano Municipal de Educação (PME) do seu município. Em tese, todos os PMEs deveriam prever metas, estratégias e ações com o intuito de identificar, mapear e incluir crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de exclusão. Para fazer valer o direito de aprender de cada criança e adolescente do seu município, é importante garantir que mecanismos de busca ativa estejam presentes no PME.

Foto: Ratão Diniz/UNICEF

CONCEITO: O QUE É BUSCA ATIVA

Uma sociedade que busca um futuro mais justo e equânime para todas as pessoas precisa fazer de tudo para garantir que os direitos de cada um dos seus cidadãos sejam respeitados e garantidos de maneira efetiva. Às vezes não basta ao poder público oferecer um rol de serviços aos cidadãos. É necessário, também, implementar ações afirmativas, uma vez que determinadas populações, por diversas razões e fatores, sequer têm acesso a esses serviços.

Foi para tentar reverter esse quadro que surgiu o conceito de busca ativa. A ideia é inverter o sentido da rota: se o cidadão, por diversas razões e fatores, não vai até o Estado, o Estado e a sociedade civil organizada vão até ele. Trata-se de uma estratégia de mobilização social em prol do bem comum que pode (e deve) contar com a participação de todos – e que é especialmente útil no cenário da educação.

A busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola é uma forma eficiente de fazer valer o direito de aprender de cada um deles

A busca ativa é capaz de alcançar as pessoas que não conseguem ter seus direitos respeitados e, por consequência, não têm acesso aos serviços públicos em diversas áreas. Ficam fora das redes de proteção social, tornando-se "invisíveis" ao Estado e vivendo uma situação de grande vulnerabilidade[7].

Como começou no Brasil

Na legislação e nos textos técnicos da área da saúde, a busca ativa tem sido mencionada com uma conotação mais política a partir dos movimentos de reforma sanitária e reforma psiquiátrica no País, no final do século 20 e início do século 21. Chamada de "postura proativa frente aos problemas da população", ela é considerada uma atribuição de todos os profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) na Política Nacional de Atenção Básica.

7 LEMKE, Ruben Artur; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. A busca ativa como princípio político das práticas de cuidado no território. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, UERJ, 2010, ano 10, n. 1, p. 281-295.

A partir de 2011, a busca ativa foi utilizada como estratégia pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM) para alcançar a população considerada "invisível" por diferentes razões, tais como ausência de documentação, migrações constantes, residência em áreas isoladas ou em conflito, falta de conhecimento de seus direitos ou por pertencer a grupos socialmente excluídos. Coordenado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o BSM envolveu uma atuação interministerial, além de contar com a parceria de estados, municípios e bancos públicos e com o apoio do setor privado e de organizações do terceiro setor.

Por meio da busca ativa, as pessoas que precisavam de apoio para sair de uma condição de privação social eram localizadas, identificadas, incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e encaminhadas para os serviços da rede de proteção social existentes em cada município, que incluem saúde, saneamento, educação, assistência social, trabalho, entre outros.

Ações de busca ativa

Não existe uma única maneira ou ferramenta para realizar a busca ativa. Ela pode envolver mutirões, campanhas, palestras, atividades socioeducativas, cruzamento de bases de dados e visitas domiciliares de agentes de diferentes órgãos públicos.

O importante é que haja uma articulação intersetorial. Somando-se esforços, é possível potencializar as ações de garantia de direitos em diversas áreas – como saúde, educação, saneamento e assistência social. A atuação conjunta permite

identificar mais facilmente as populações em situação de vulnerabilidade, estabelecendo um vínculo com elas e incluindo-as nas redes de atendimento.

Busca ativa na educação

Os primeiros projetos de busca ativa implementados no Brasil na área de educação tinham como foco a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na rede regular de ensino, como o que foi implementado no estado do Rio Grande do Norte (*ver na página 27*). Uma das razões para isso é que, por motivos que incluem desde o preconceito da sociedade e da própria família até a resistência das escolas em receber essas crianças, elas acabavam se tornando "invisíveis" às estatísticas educacionais oficiais.

O objetivo, agora, é utilizar a busca ativa para identificar e trazer para a escola toda e qualquer criança ou adolescente em situação de exclusão escolar. Para isso, será importante a realização de parcerias entre os diversos órgãos públicos que se relacionam com o tema em maior e menor grau, como os de educação, assistência social, saúde e proteção à infância.

A busca ativa é uma das estratégias previstas no PNE para a universalização da educação dos 4 aos 17 anos. E cada um de nós pode contribuir para garantir a cada criança e adolescente o direito de aprender

A busca ativa é uma das estratégias previstas no PNE para a universalização da educação dos 4 aos 17 anos. De certo modo, a iniciativa também está contemplada no recenseamento escolar determinado pela Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB (*ver página 20)*. Esse recenseamento poderá servir de base para alteração, adequação

e monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME), com base em informações reais sobre as crianças e os adolescentes em idade escolar, não apenas em projeções.

Essa mesma lei ressalta que qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e o Ministério Público podem acionar o poder público para exigir que o direito ao acesso à educação básica obrigatória seja cumprido. A notificação de terceiros é uma das ações que também podem fazer parte das iniciativas de busca ativa.

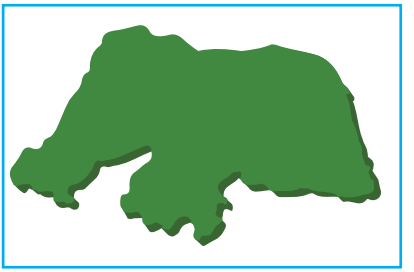
Busca ativa na prática

Existem diversos exemplos bem-sucedidos de busca ativa no campo da educação em diferentes regiões do Brasil. Em todos os casos, a atuação intersetorial foi fundamental para alcançar as crianças e os adolescentes excluídos, enfrentar as causas da exclusão e garantir o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola.

As experiências podem servir de inspiração e de lição, ajudando cada município a superar os desafios e garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente.

Rio Grande do Norte

Uma das mais antigas iniciativas de busca ativa de crianças no país foi implementada em 2003 no Rio Grande do Norte pelo Ministério Público (MP) do estado em parceria com os Correios. O foco eram as crianças com deficiência, que tinham taxas de frequência à escola muito baixas.



Em todos os exemplos bem-sucedidos de busca ativa, o esforço de cada um foi fundamental para alcançar as crianças e os adolescentes excluídos e enfrentar as causas do problema

Naquele ano, o MP, por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa dos Direitos do Idoso, das Pessoas com Deficiência e Minorias Étnicas (Caop Inclusão), identificou que cerca de 17% da população do estado tinha alguma deficiência, mas menos de 1% dos alunos matriculados na rede pública de ensino eram crianças e adolescentes com deficiência.

O MP estabeleceu um convênio com os Correios e capacitou os carteiros da capital, Natal, para identificar as famílias em que havia crianças e adolescentes com deficiência fora da escola. Essa identificação era feita por meio da aplicação de um questionário no momento da distribuição das correspondências. No interior, o MP contou com o apoio dos agentes do Programa Saúde da Família, que fazem visitas domiciliares regularmente para tratar da população. Também realizou buscas nos centros de saúde que atendem pessoas com deficiência e, a partir de 2009, cruzou os dados do programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola com o Censo Escolar para identificar aquelas que ainda não estavam na escola.

Com base nesses levantamentos, famílias de todo o estado foram convocadas para explicar os motivos pelos quais seus filhos não estavam na escola. As informações coletadas serviram para o MP buscar soluções que eliminassem as causas da exclusão. Para isso, foi às escolas ouvir os educadores e entender as dificuldades de capacitação, material e infraestrutura para receber as crianças com deficiência.

Com isso, de acordo com Naide Maria Pinheiro, coordenadora do Caop Inclusão de 2003 a 2005 e de 2013 a 2016, não se faz mais a busca ativa, porque a população espontaneamente busca as escolas para matricular as crianças com deficiência ou comunica ao MP os casos em que o acesso não é garantido.

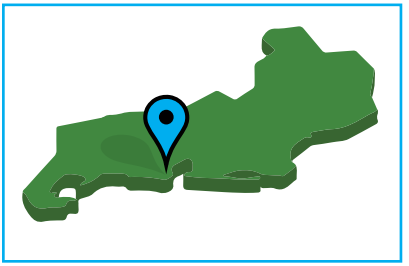
Salgueiro (PE)

A Secretaria de Educação de Salgueiro, município do interior de Pernambuco, iniciou em 2009 um trabalho de busca ativa por crianças e adolescentes com deficiência para matriculá-los nas escolas da rede municipal de ensino. Por meio de uma parceria com as secretarias municipais de Saúde e de Desenvolvimento Social, os agentes comunitários do município foram capacitados para identificar as crianças com deficiência durante as visitas domiciliares que faziam parte de sua rotina.

Os profissionais da Secretaria de Educação visitaram, então, as famílias para identificar os motivos da exclusão escolar dessas crianças e informar aos pais a necessidade de matriculá-las na educação básica. Em alguns casos, foi feita uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco para que as crianças pudessem ser atendidas nas escolas estaduais localizadas em Salgueiro.

Segundo a secretária de Educação de Salgueiro no período de 2013 a 2016, Maria Fátima Monteiro Lima, o resultado desse trabalho intersetorial foi a criação de

uma forte cultura no município de que as crianças com deficiência devem frequentar a escola. Assim, atualmente, os casos de exclusão escolar são comunicados pela própria população diretamente à Secretaria de Educação, ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do município, ao Conselho Tutelar ou a outros órgãos municipais.



Rio de Janeiro (RJ)

A cidade do Rio de Janeiro teve de 2013 a 2016 um projeto de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola. Chamado de Aluno Presente, o projeto foi realizado pela Associação Cidade Escola Aprendiz em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com apoio da Fundação Education Above All, do Qatar, que mantém mais de 40 projetos de acesso à educação em diferentes partes do mundo (o do Rio de Janeiro foi o único executado em conjunto com um órgão de governo).

De acordo com o Censo de 2010, existiam cerca de 24 mil crianças e adolescentes, entre 6 e 14 anos de idade, fora da escola na capital fluminense que deveriam estar no ensino fundamental – etapa da educação básica de responsabilidade do município. Para localizar essas crianças, o projeto estabeleceu parcerias com diversos órgãos públicos e da iniciativa privada. Segundo a coordenadora executiva do Aluno Presente, Julia Ventura, o projeto fez parceria com mais de 1,5 mil instituições locais, que foram fundamentais para garantir o acesso do projeto às

regiões mais vulneráveis da cidade, que muitas vezes estão em áreas de conflito.

O Aluno Presente também utilizou outras estratégias. A Secretaria Municipal de Educação, por exemplo, fornecia listas oficiais dos alunos que estavam há algum tempo sem frequentar as aulas e as encaminhava aos articuladores locais, profissionais do projeto responsáveis pelo contato direto com as famílias. Ao fazer a visita, o articulador procurava saber quais eram as dificuldades para manter a criança ou o adolescente na escola.

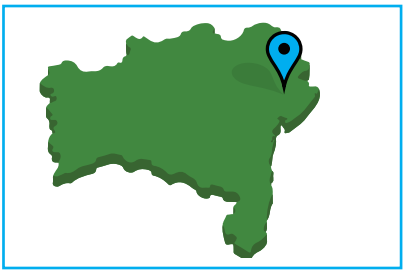
Identificado o motivo, era feito o encaminhamento para o órgão responsável. De acordo com Julia Ventura, eram realizados encontros mensais que reuniam as secretarias de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Casa Civil para direcionar as questões levantadas no processo.

A análise das informações levantadas também apoiava o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inclusão de crianças e adolescentes na escola e a redução da evasão escolar, bem como de políticas intersetoriais.

O Aluno Presente terminou em dezembro de 2016, com 22.131 crianças e adolescentes inseridos na escola[8], segundo dados da Associação Cidade Escola Aprendiz.

8 Dado consolidado na primeira quinzena de janeiro de 2017.

CAPÍTULO 2



Serrinha (BA)

O ponto de partida para a implementação da busca ativa no município de Serrinha, na Bahia, foi uma instalação da iniciativa Fora da Escola Não Pode!, do UNICEF, realizada durante o 14º Fórum Nacional da Undime, em 2013, em Mata de São João (BA). A instalação, feita com o objetivo de conscientizar os participantes do evento, era composta por carteiras escolares com nomes, idades das crianças e razões pelas quais elas não estavam na escola. Motivada por essa montagem, a secretária de Educação de Serrinha no período de 2010 a 2016, Gelcivânia Mota, que também preside a Undime Região Nordeste (2015-2017), propôs a adesão à iniciativa por todos os municípios do chamado território do sisal. Ao todo, 21 municípios fizeram a adesão, em um ato que contou com a presença de prefeitos e secretários municipais de Educação. Após o ato de adesão, cada município adaptou a iniciativa à sua realidade. A maioria investiu na busca ativa de crianças e adolescentes.

No caso de Serrinha, o ato de lançamento da iniciativa contou com cerca de 400 pessoas e envolveu presidentes das associações, sindicatos, pais, diretores de escola, estudantes, movimentos sindicais e sociais e até o bispo diocesano. Também foram distribuídos materiais da iniciativa Fora da Escola Não Pode! para análise e estudo, e a Secretaria de Educação criou uma equipe de busca ativa que se encarregou de identificar as áreas onde havia mais crianças fora da escola.

> O objetivo é utilizar a busca ativa para identificar e trazer para a escola toda e qualquer criança ou adolescente em situação de exclusão escolar

Os profissionais foram até essas áreas de carro, ônibus e até mesmo bicicleta e, com apitos e megafone, bateram de casa em casa, na zona rural e urbana, para conversar com as pessoas, mapeando onde estavam as crianças e os adolescentes fora da escola para, depois, traçar um plano de ação a fim de realizar a matrícula, assegurando a inclusão escolar.

Aprovado em 2016, o Plano Municipal de Educação de Serrinha prevê a busca ativa e institui a iniciativa como política pública municipal para aumento de matrículas e monitoramento da permanência com avaliação dos resultados. Segundo Divanita Pimentel, coordenadora de matrícula da Secretaria Municipal de Educação de Serrinha de 2014 a 2016, aproximadamente, de 8% a 12% das matrículas de 2015 foram de crianças, jovens e adultos incluídos ou reinseridos na escola por conta da iniciativa. Os maiores avanços foram conseguidos na educação infantil. Muitas pessoas matriculavam os filhos mais velhos na escola, mas deixavam os pequenos em casa porque não sabiam que essas crianças também tinham o direito de frequentar escolas. A iniciativa despertou a população para a importância dessa etapa da educação básica.

Campina Grande (PB)

Os irmãos gêmeos Mariana e João, de 7 anos, não tinham documentos. Estavam fora da escola. Aos 15 anos, Paulo cumpriu medida socioeducativa, mas, de volta para casa, não conseguia prosseguir seus estudos. Maria, uma

adolescente de 16 anos com deficiência mental, sofria bullying na escola. Engravidou e parou de estudar. Flávio tinha dificuldade de aprendizagem e comprometimento motor. Sem a presença de um cuidador dentro da sala de aula, deixou de ir à escola.

Os nomes são fictícios, mas as histórias são alguns dos casos identificados pela Busca Ativa Escolar, em Campina Grande, município de 407.754 habitantes da Paraíba (estimativa 2016, IBGE). De setembro de 2016 a março de 2017, mais de 60 crianças e adolescentes como Mariana, João, Paulo, Maria e Flávio foram reintegrados à escola por conta da iniciativa.

"Cada caso mexe com a gente. É único", diz Iolanda Barbosa, dirigente de Educação do município, articuladora do Selo UNICEF na cidade e presidente da Undime Paraíba.

Em setembro de 2016, Campina Grande foi uma das sete cidades escolhidas para participar do piloto da Busca Ativa Escolar[9]. Realizado no Bairro das Cidades, o piloto acabou em novembro de 2016, mas o programa não só continuou ativo, como será ampliado para todo o município.

"No começo, houve uma certa resistência. Os agentes de saúde viam a busca ativa como um trabalho a mais", conta Iolanda. "Mostrei para eles que não era isso. Já existe a obrigação de relatar a existência de criança ou

9 O piloto da Busca Ativa Escolar foi dividido em duas etapas. A primeira delas foi realizada no Bairro Jardim Silvina, em São Bernardo do Campo (SP), entre junho e agosto de 2016. A segunda aconteceu em alguns bairros selecionados nos municípios de Anápolis (GO), Bujari (AC), Campina Grande (PB), Itaúna (MG), Serrinha (BA), Tabuleiro do Norte (CE) e Vilhena (RO), entre setembro e novembro de 2016.

adolescente fora da escola na ficha de acompanhamento do e-SUS. Só não havia a necessidade de especificação do caso", relata. Segundo a dirigente, os agentes de saúde se tornaram, depois, grandes apoiadores do programa.

"A Busca Ativa 'boliu' com o sistema todo", resume Iolanda. "É uma engrenagem, em que precisamos ir ajustando as coisas. Nesse sentido, é necessário se abrir, olhar para o seu trabalho, reconhecer a fragilidade em uma área e trazer apoio das outras", avalia.

Para Sandra Regina Silva de Farias, agente comunitária de saúde do município há 19 anos, foi essa dinâmica que a Busca Ativa trouxe que fez a diferença. "Tivemos todo o apoio para fazer a busca ativa e passar os dados para os encarregados", diz ela. "Antes, ficava frustrada. Via o problema das mães e não podia ajudar. Trabalho numa região carente, uma área pobre com muita droga e violência. A criança na escola está mais garantida. Fico feliz de ver que estamos conseguindo resultado", avalia.

Em Campina Grande, as ações da Busca Ativa Escolar envolveram as secretarias municipais de Educação, Saúde, Assistência Social e Planejamento (Seplan), o Sindicato dos Trabalhadores do Município e até a rádio local, que repassava à equipe do projeto registros recebidos dos ouvintes.

"A própria população também colaborou ", comemora Iolanda. "As pessoas ligavam para a rádio pedindo para avisarem a gente que em determinado lugar tinha uma criança fora da escola", conta.

No piloto, agentes de saúde e técnicos sociais da Seplan atuaram como agentes comunitários da Busca Ativa Escolar, identificando as crianças e adolescentes fora da escola. Os técnicos verificadores foram os assistentes sociais da Educação e dos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), que também passaram a identificar os casos de infrequência. "A Busca Ativa Escolar trouxe a efetivação do direito à educação e a atuação de uma rede de proteção. A importância dessa engrenagem ficou clara. É mais econômica de recursos e traz um resultado melhor", diz a dirigente.

O coordenador operacional da Busca Ativa Escolar no município, Arthur Rodrigues de Lima, atribui o sucesso da estratégia à metodologia. "Ela proporciona uma resolução mais rápida de cada caso", diz ele. "Como tem um comitê, formado por profissionais da educação, saúde, planejamento e assistência, que acompanha o processo, todos trabalham para resolver aquele caso. A metodologia centrada na intersetorialidade faz tudo acontecer em um tempo mais rápido e de forma melhor. Temos um resultado prático que mostra que é possível, sim", conclui.

Em 2017, a Busca Ativa Escolar será estendida para todo o município. "Pactuamos a parceria com os agentes de saúde de todos os distritos sanitários da cidade. Apresentamos a metodologia e vamos trabalhar em todo o município", conta Arthur Lima.

Segundo Iolanda Barbosa, o grande desafio de Campina Grande hoje é reduzir a evasão dos adolescentes nos anos finais do ensino fundamental. Para isso, é ne-

cessário, de acordo com ela, tornar a escola mais atrativa para esses garotos e garotas. "Percebemos que uma das causas da exclusão estava relacionada ao modo como a escola acolhia as nossas crianças e adolescentes", diz a dirigente. "O projeto mostrou que precisávamos melhorar a própria metodologia de ensino, buscar práticas inovadoras. A escola não estava sendo atrativa para eles."

Além disso, diversos outros problemas também ficaram evidentes, como dependência química, abuso sexual, violência física e bullying. A ausência de documentação ou mesmo dificuldade de acesso à renda e moradia também apareceram entre os motivos de exclusão. "Fizemos parceria com o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e envolvemos psicólogos e assistentes sociais no projeto", explica Iolanda, que também ressalta a presença de 147 cuidadores de crianças com deficiência na rede de ensino, política implantada no município em 2014.

Em Campina Grande, a Busca Ativa Escolar continua dando frutos. "Passamos a fazer o mapeamento dos alunos infrequentes dentro do sistema de ensino. A ideia é estender o programa para as ações de fluxo escolar", conta a dirigente, que também tem conseguido integrar crianças com a síndrome congênita do zika vírus à creche. Até março de 2017, segundo ela, seis bebês já haviam sido matriculados. "A rede é apaixonada pelo trabalho", diz Iolanda. "Fala-se muito em garantia de direito. Precisamos tratar da sua efetivação", finaliza.

Foto: Ratão Diniz/UNICEF

BUSCA ATIVA ESCOLAR: O QUE É

A Busca Ativa Escolar é resultado de uma parceria do UNICEF com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Instituto TIM. Oferece aos municípios uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica gratuitas para auxiliá-los a garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente.

O município não precisa investir em tecnologia para aderir à Busca Ativa Escolar. Na fase de produção de alertas, a ferramenta tecnológica pode ser acessada por SMS gratuito (qualquer tipo de celular), por smartphones, ou tablets, inclusive quando esses dispositivos estiverem sem conexão com a internet. Além disso, também oferece a possibilidade de produção de alertas por meio de formulários impressos[10] para inserção posterior no sistema, nos casos de agentes que trabalhem na rua sem acesso a dispositivos móveis.

O município não precisa investir em tecnologia para aderir à iniciativa. Diferentes dispositivos podem ser usados para acessar a ferramenta e também será possível produzir alertas em formulário impresso

Objetivos gerais

- Mapear e identificar as crianças e os adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.
- Identificar as causas da exclusão ou do risco de exclusão.
- Criar subsídios, a partir dos dados gerados, para o desenvolvimento de políticas de inclusão escolar e a implementação de estratégias para (re)matricular e manter as crianças e os adolescentes na escola.
- Controlar e acompanhar a (re)matrícula na escola.

10 Esse formulário também será disponibilizado aos municípios e pode ser baixado em www.buscaativaescolar.org.br. Na internet, a página de envio de alertas pode ser acessada em www.alerta.buscaativaescolar.org.br.

Fases

A implementação da estratégia é desenvolvida em quatro fases, conforme demonstra o quadro a seguir.

AS FASES DA BUSCA ATIVA ESCOLAR	
FASES	**OBJETIVOS**
1ª fase	Mapear e identificar crianças e adolescentes que estão fora da escola
2ª fase	Conhecer os motivos que contribuem para que as crianças e os adolescentes estejam fora da escola
3ª fase	Buscar soluções que garantam que as crianças e os adolescentes sejam (re)matriculados na escola
4ª fase	Acompanhar, durante um ano, a criança ou adolescente (re)matriculado na escola

Quem faz o quê

A Busca Ativa Escolar deve envolver diversos atores sociais no município – sejam estes ligados aos governos municipal ou estadual ou representantes da sociedade civil organizada.

Cada pessoa (ou grupo de pessoas) terá um papel na Busca Ativa e, por consequência, na implementação e uso da ferramenta tecnológica que dá vida a ela. Veja na próxima página um organograma básico que resume a organização dos atores participantes para a implementação da estratégia. Mais detalhes sobre suas funções e perfis sugeridos constarão do manual *Implementação da Busca Ativa Escolar no Município*, que pode ser baixado gratuitamente em www.buscaativaescolar.org.br.

CAPÍTULO 3

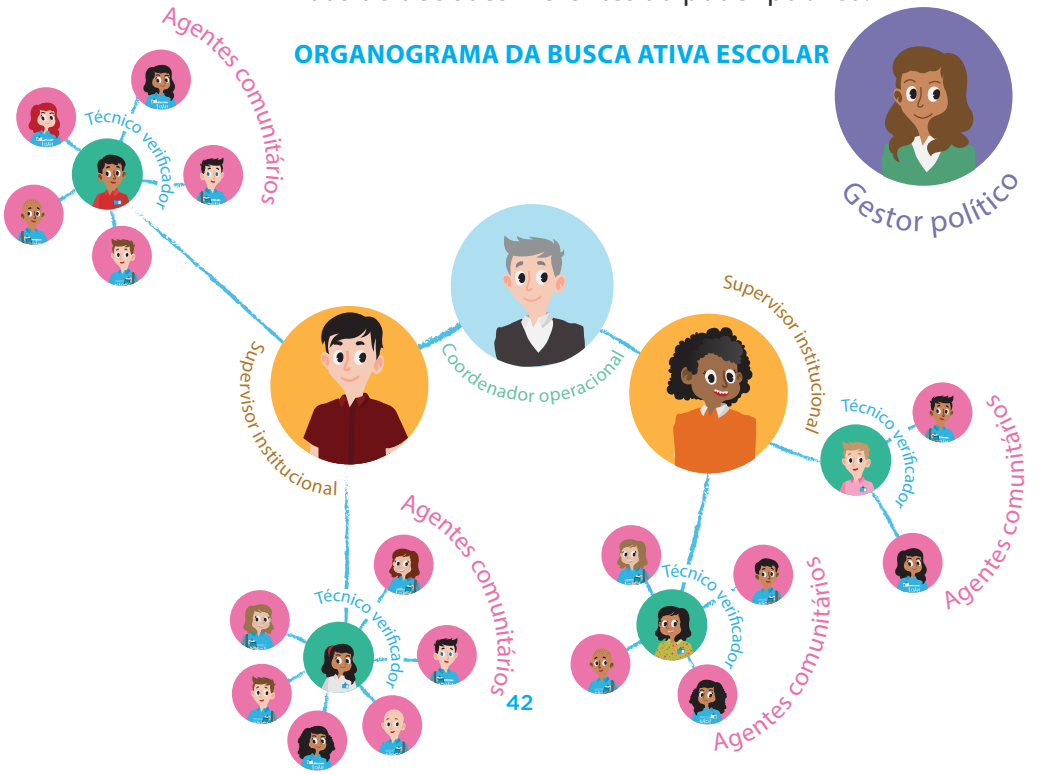
Objetivos da ferramenta tecnológica

- Possibilitar que cada caso de criança ou adolescente fora da escola seja reportado e encaminhado adequadamente.

- Facilitar a comunicação entre os diversos agentes e setores públicos locais para estabelecer uma ação intersetorial efetiva no enfrentamento da exclusão escolar.

- Auxiliar na produção de informações diagnósticas consistentes, que contribuirão para o planejamento e/ou ajustes das políticas públicas voltadas à educação ou mesmo para a criação de políticas públicas específicas para esses grupos, bem como para as tomadas de decisões inerentes ao poder público.

ORGANOGRAMA DA BUSCA ATIVA ESCOLAR



A importância do trabalho conjunto

Para ser efetivo e obter os resultados esperados, a Busca Ativa Escolar precisa da união de todos em torno de um objetivo comum: (re)matricular e manter na escola todas as crianças e os adolescentes de cada município. O sucesso da iniciativa depende do trabalho conjunto de todos os agentes públicos envolvidos e atores sociais engajados.

Por isso, a ferramenta tecnológica oferece um espaço para articulação on-line entre os diversos atores municipais que lidam com a questão, o que facilita o encaminhamento dos casos aos órgãos competentes para tomada de providências. Mas é fundamental que o grupo também mantenha reuniões presenciais periódicas, nas quais será discutido o andamento dos casos e serão propostas ações de melhoria da estratégia no âmbito do município.

CAPÍTULO 3

Adaptação à realidade local

Com o objetivo de possibilitar que o fluxo de garantia de direitos de fato funcione em todas as regiões do País, a ferramenta tecnológica da Busca Ativa Escolar é flexível e permite a adaptação à realidade de diferentes municípios. Essa flexibilidade e adaptação se dará a partir de um processo intitulado de "customização local", o qual será detalhado no *Manual dos Administradores*.

Cada local poderá definir quantos e quais agentes públicos e sociais serão envolvidos na estratégia, respeitando as especificidades e condições do município. Também será possível escolher como funcionará o fluxo de trabalho e os prazos para resolver cada tipo de situação.

MÃOS À OBRA!

- Continue entendendo o funcionamento da ferramenta com os outros materiais disponíveis para download em www.buscaativaescolar.org.br.
- Inicie a mobilização da administração pública, dos conselhos setoriais, dos órgãos de controle e da sociedade civil organizada no seu município.
- Caso seu município ainda não tenha realizado a adesão à Busca Ativa Escolar, ela pode ser feita pelo prefeito diretamente no site www.buscaativaescolar.org.br.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

A publicação *Entenda a Metodologia Social e a Ferramenta Tecnológica* contextualiza a questão do direito à educação e seus desafios. Explica ainda a estratégia e quais devem ser os atores envolvidos em sua implementação no município

CONGEMAS

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Instituto TIM

unicef